




A DELEGAÇÃO E A CRENÇA NO ESTADO: DINÂMICAS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A CONSTITUIÇÃO DA “POPULAÇÃO LGBT” NO GOVERNO BRASILEIRO (2008-2011)

DELEGATION AND BELIEF IN THE STATE: DYNAMICS OF SOCIAL PARTICIPATION AND THE CONSTITUTION OF THE "LGBT POPULATION" IN THE BRAZILIAN GOVERNMENT

LA DELEGACIÓN Y LA CREENCIA EN EL ESTADO: DINÁMICAS DE PARTICIPACIÓN SOCIAL Y LA CONSTITUCIÓN DE LA "POBLACIÓN LGBT" EN EL GOBIERNO BRASILEÑO

Silvia Aguião¹

 10.21665/2318-3888.v6n12p47-73

RESUMO

Este artigo trata de uma análise comparativa de duas conferências nacionais realizadas no Brasil nos anos de 2008 e 2011. As conferências foram acompanhadas como parte da pesquisa de campo realizada para uma investigação mais ampla voltada para os processos sociais e políticos que tornaram possível a constituição da população designada, naquele momento, LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. O recorte ora apresentado explora a realização de conferências e todo o processo de delegação que as sustenta, como parte de uma série de tecnologias da administração que simulam uma espécie de “ato original de constituição” da *população LGBT* nos termos em que vinham sendo administradas pelo governo brasileiro. Através de uma abordagem que prevê “o Estado” não como uma dada unidade coesa, mas busca justamente investir na análise de processos de criação e recriação de morfologias de Estado-governo, a questão de fundo da investigação está centrada na indagação de como certos “direitos” corporificam certas “identidades” - e vice-versa - e quais os formatos da administração governamental acionados para gerir determinados sujeitos ou “populações”.

Palavras-chave: Estado. Identidades. Gênero e Sexualidade. Direitos Humanos. LGBT. Participação Social.

¹ Doutorado em Ciências Sociais (Unicamp, 2014). Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8987-2910>. E-mail: saguiao@gmail.com.

ABSTRACT

This article intends to promote a comparative analysis of two national conferences held in Brazil in the years 2008 and 2011. The conferences monitoring occurred as part of the field research conducted for a broader research focused on the social and political processes that made possible the constitution of the population designated, at that moment, as LGBT (Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite and Transsexual), as subject of rights in contemporary Brazil. This cutting explores the holding of conferences and the entire delegation process that underpins them, as part of a series of governmental technologies that simulate a kind of "original constitution" of LGBT population, under the terms in which they were being administered by the Brazilian government. The approach predicts "the State" not as a cohesive unit, but rather it seeks to invest in the analysis of the processes of creation and re-creation of state-government morphologies. The fundamental question of research is centered on how certain "rights" embody certain "identities" - and vice versa - and which forms of government administration are driven to manage certain subjects or "populations".

Keywords: State. Identities. Gender and Sexuality. Human Rights. LGBT. Social Participation.

RESUMEN

El artículo trata de un análisis comparativo de dos conferencias nacionales realizadas en Brasil en los años 2008 y 2011. Las conferencias fueron acompañadas como parte de una investigación más amplia dirigida a los procesos sociales y políticos que hicieron posible la constitución de la población designada, en aquel momento, LGBT (Lesbianas, Gays, Bisexuales, Travestis y Transexuales), como sujetos de derechos en el Brasil contemporáneo. El recorte presenta la realización de conferencias y todo el proceso de delegación que las sustenta como parte de una serie de tecnologías de la administración que simulan una especie de "acto original de constitución" de la población LGBT en los términos en que venía siendo administrada por el gobierno brasileño. A través de un enfoque que prevé "el Estado" no como una determinada unidad cohesiva, sino que busca justamente el análisis de procesos de creación y recreación de morfologías de Estado-gobierno. La cuestión de fondo de la investigación se centra en la indagación de cómo ciertos "derechos" corporifican ciertas "identidades" - y viceversa - y cuáles son los formatos de la administración gubernamental accionados para gestionar determinados sujetos o "poblaciones".

Palabras clave: Estado. Identities. Género y Sexualidad. Derechos Humanos. LGBT. Participación Social.

O presente artigo trata de uma análise comparativa interessada da I Conferência Nacional LGBT², realizada em 2008 e da 2ª edição do evento, ocorrida em 2011. Chamo de uma análise interessada no sentido de que não realizo um cotejamento exaustivo, termo a termo. As conferências foram acompanhadas como parte da pesquisa de campo realizada para uma investigação mais ampla voltada para os processos sociais e políticos que tornam possível a constituição da população designada, naquele momento, LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo³. A pesquisa mais ampla teve início em um momento em que algo como uma população (FOUCAULT, 2008) *LGBT* ainda soava estranho e os seus contornos provocavam muitas dúvidas. Se as margens do que exatamente delimita os sujeitos a serem incluídos nesse enquadramento podem ser ainda pouco claras, o vocabulário, por sua vez, foi estabelecido. Essa estabilização pode ser facilmente notada quando observamos a multiplicação de iniciativas e de políticas de governo que assumiram a “população LGBT” como o seu objeto de mobilização e intervenção nos últimos anos.⁴

Como perspectiva de partida para a investigação, assumi que a sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) recobriria uma espécie de “coletividade imaginada” – parafraseando Anderson (1983; 2008) –, produto e produtora de diversos feixes de relações sociais que perpassam políticas de governo, movimentos sociais, a produção acadêmico-científica sobre o tema e os seus idiomas específicos como, por exemplo, o dos direitos humanos. A aproximação com as “comunidades imaginadas” de Anderson (2008) é pensada em relação a três pontos: (i) a “criação imaginativa” de um

² A conferência foi convocada utilizando a sigla GLBT, porém a deliberação final do evento convencionou que a sigla adotada a partir daquele momento seria LGBT, com a justificativa de provocar uma maior visibilidade para lésbicas. Ao longo do texto adoto essa mesma convenção política: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT.

³ A pesquisa de campo para a investigação foi realizada entre os anos de 2008 e 2013. O projeto foi desenvolvido no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e contou com bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Ver Aguião (no prelo). Pontos do presente artigo, aqui apenas rapidamente indicados, foram mais amplamente desenvolvidos em Aguião (2016 e 2017).

⁴ Ver: Simões e Fachinni (2009); Fachinni e França (2009); Daniliauskas (2011); Mello *et al.* (2012); Leite (2014); Irineu (2014); entre outros.

nós comum; (ii) a essa imaginação não se opõe uma comunidade "verdadeira"; e (iii) no sentido de que ao ser imaginada, inicia-se um processo de produção de fronteiras, limites e adaptações de significados que virão a conformar a aparência natural dessa imaginação⁵.

Investi em uma análise que, a partir das estratégias políticas de atores envolvidos nos debates em torno dos "direitos LGBT" ou "direitos da pessoa LGBT" (RIOS, 2008), considera processos de criação e recriação de morfologias de Estado, mantendo como pano de fundo a questão de como certos "direitos" corporificam certas "identidades" e vice-versa. No que segue, através da apresentação de cenas presenciadas e conteúdos expostos em duas conferências nacionais LGBT, desenho o cenário no qual a pesquisa mais ampla teve início e destaco algumas das questões que foram aprofundadas ao longo da investigação. Procuo alinhar alguns fios da trama que vem constituindo "sujeitos LGBT" no Brasil através da discussão das conferências como um ritual de delegação, no sentido de que as encaro como eventos de produção da representação, ao mesmo tempo que produzem justamente aquilo que precisa ser representado. Tenho como referências fundamentais para essa reflexão o trabalho de Mariza Peirano (2002) sobre a abordagem antropológica de eventos enquanto rituais, o trabalho de Bourdieu (1989; 2004) a respeito da delegação e da representação política e os desenvolvimentos de Abrams (1988) e Mitchell (2006) para uma visão do *Estado-idéia* e do *efeito de Estado*, respectivamente.

⁵ Para pensar o movimento social é interessante retomar um aspecto do balanço crítico realizado por Cardoso (1987) a respeito dos "movimentos sociais na América Latina". Lá a autora apontava para uma certa tendência das análises da área em não mencionar dimensões como "o desenrolar do processo de negociação com as instâncias governamentais, os mecanismos internos de formação de opinião, os conflitos quanto às táticas de ação etc.". A autora chama a atenção para o ponto de que os movimentos sociais só formam uma impressão de unidade quando olhados de fora, se o foco for colocado em suas diferenças essa aparência de objeto uniforme se fragmenta. A partir daí, Cardoso aborda a necessidade de "uma análise mais cuidadosa das relações entre Estado e Sociedade nos nossos países" e, ainda, que "não são os fenômenos singulares que devem ser comparados, mas sim os processos".

Cena 1 - Noite de cinco de Junho de dois mil e oito

Cheguei a um imenso centro de convenções, um prédio vistoso no plano piloto de Brasília, mais um entre os muitos feitos para se destacar naquele cenário de largas avenidas. Notei um grande e inusitado esquema de segurança sendo montado, incluindo algo que me pareceu um detector de metais. Fui perguntar. Me disseram que "aquilo tudo" era por causa da possível presença do Presidente Lula. Mais tarde, já dentro do salão lotado, cerca de mil pessoas talvez, me acomodei onde foi possível, um lugar quase na última fileira. À entrada de Lula seguiram-se muitas palmas, gritos e urros de saudação e contentamento. Lá na frente do salão, de pé atrás de um púlpito coberto com a bandeira do arco-íris, o presidente iniciou o pronunciamento oficial na noite de abertura da I Conferência Nacional GLBT. Durante o discurso do presidente, cerca de 20 minutos, foram vários os momentos de aplauso em cena aberta, gritos de contentamento. Ao final as pessoas subiram nas cadeiras para ver melhor e aplaudir de pé, fiz o mesmo. Lula pegou uma criança no colo, a criança se aproximou do microfone e puxou: Brasil Sem Homofobia! Brasil Sem Homofobia! Brasil Sem Homofobia... No que foi acompanhada pelo presidente e todos os demais presentes.

O clima dessa cena resume um pouco do contexto mais amplo da época em que iniciei a pesquisa, no ano de 2008. Desde o princípio assumi que para investigar o processo de constituição desse "novo" sujeito de direito era necessário atentar para as articulações do movimento social, para a produção acadêmica sobre o tema e para ações e políticas levadas a cabo por esferas governamentais simultaneamente.

O recorte ora apresentado reflete também um processo contrastivo da minha percepção do campo da pesquisa no tempo, ou ainda traz a marca do desenvolvimento desse campo no tempo. Como será visto no material exposto, é perceptível, e não irrelevante, que na primeira conferência eu dediquei mais ênfase ao que é dito e feito nos discursos de abertura e falas de painéis expositivos; já na segunda conferência o que aparece com mais destaque são falas e cenas dos debates ocorridos na plenária final. Essa diferenciação pode ser considerada segundo dois planos de interpretação. Um deles está diretamente relacionado à minha percepção do *campo da pesquisa*. Três anos e seis meses separam uma conferência da outra e em 2011, na segunda edição do evento, pude olhar e reconhecer processos que só se colocam a descoberto para aqueles que são um pouco mais *entendidos* do "jogo político" do campo, nos termos de Bourdieu. A dificuldade de compreensão que numa mirada mais rápida poderia denotar a complexidade da linguagem exprimida, em verdade seria aquilo que não poderia

adquirir sentido ou tornar-se inteligível para aqueles que, por não participarem do jogo, não são capazes de dar conta das relações travadas em determinado campo político⁶.

Algumas (ou muitas) das nuances de significado dos discursos, disputas e performances dos participantes das conferências, eu jamais poderia alcançar ainda em 2008, quando dava meus primeiros passos nesse campo de pesquisa e ignorava as relações entre grupos, pessoas, partidos e seus interesses particulares. Assim como, já em 2011, deixei de registrar nos meus cadernos de campo, mais ou menos conscientemente, aquilo que eu costumava minutar nos primeiros anos da pesquisa: falas protocolares e lugares comuns do discurso de representantes institucionais; recorrências reivindicativas de lideranças da militância; dinâmicas ritualísticas de funcionamento de eventos. Ou seja, aquilo que já estava saturado pela minha percepção do campo foi perdendo espaço nas minhas anotações. Na segunda Conferência me detive mais em elementos “observáveis” na plenária final, lugar em que conflitos e diferenças aparecem com mais vigor, menos controlados por discursos pré-rascunhados ou no qual os “imponderáveis” se mostram com mais relevo.

Se os jogos da plenária são menos reconhecíveis para não *entendidos* nas relações travadas no campo, num outro plano podemos considerar que eu não fui a única a adquirir competência nesse jogo político. Se aguicei minha percepção enquanto observadora e eventual participante dessa cena, em três anos e seis meses os protagonistas dessa mesma cena igualmente aprimoraram técnicas de discurso, adquiriram mais competência em códigos e linguagens e aprimoraram o manejo do capital pessoal, político e partidário disponível.

É também pertinente analisar a dinâmica entre demandas por reconhecimento - focadas em políticas de identidade – enquanto uma iniciativa do movimento social e, ao mesmo tempo, o quanto essa demanda é provocada pelas próprias morfologias e rotinas administrativas de governo. Falando de outra forma, podemos pensar que, por vezes,

⁶ [...] menos inteligível do que desprovida de razão de ser aos que, não participando no jogo, ‘não veem nele interesse’ e não podem compreender que este ou aquele *distinguo* entre duas palavras ou entre dois rodeios de frase de um discurso-jogo, de um programa, de uma plataforma, de uma moção ou resolução, dê lugar a tais debates, visto que não aderem ao princípio das oposições que suscitam os debates geradores desses *distinguos*” (Bourdieu, 1989, p. 178).

certas estratégias de ação incorporam determinadas identidades como figuras legítimas de reivindicação, outras vezes cria-se uma reivindicação legítima e procuram-se identidades que a elas estejam adequadas. Em outros espaços, explorei mais detidamente como o formato preconizado de organização das conferências, que – como será visto adiante - estabelece a realização de uma série de eventos locais e regionais para a eleição das delegações que participarão das etapas nacionais, ressalta o seu papel produtor de sujeitos politicamente mobilizados para a questão. A preparação dos encontros subnacionais insta o envolvimento de diferentes sujeitos; promove mobilizações e movimentações político-sociais; e opera uma espécie de pedagogia político-participativa que instrumentaliza discursos e alimenta performatividades e disputas, em torno dos sujeitos mais ou menos legitimados que constituem\constituirão essa cena mais ampla da “Política LGBT” (AGUIÃO, 2016; 2018; CARRARA *et al.*, 2017).

Neste ponto é necessário explicitar a concepção de Estado por meio da qual a investigação foi estruturada. Trabalho com uma aproximação que investe na análise de processos de criação e recriação de morfologias do estado-governo, visando “recuperar a dimensão de representação no sentido performático e figurativo da administração pública” (SOUZA LIMA, 2002, p. 12). Esta abordagem não prevê “o Estado” como uma dada unidade coesa, assumindo justamente o caráter inacabado e contínuo dos processos sociais (ELIAS, 2006) e necessariamente dos processos de Estado. Nesse sentido, trata-se de uma aproximação que permita investigar os seus regimes de produção e de funcionamento, bem como explorar a dimensão performativa envolvida nesses processos. Acompanho as formulações de Abrams (1988) a respeito do “estado-sistema”, que representaria a prática e a estrutura institucional, que pode ser compreendida como a administração. Segundo o autor, o Estado reificado ganha progressivamente uma identidade abstrata desvincilhada da prática:

Estou apenas propondo que devemos abandonar o estado como um objeto material de estudo, seja concreto ou abstrato, enquanto continuamos a levar a ideia de estado extremamente a sério. As relações internas e externas das instituições políticas e governamentais (o estado-sistema) podem ser estudadas efetivamente sem postular a realidade do estado (ABRAMS, 1988, p. 75, tradução minha).

O esforço empreendido por Philip Abrams oferece um conjunto sofisticado de provocações para análise do Estado que mais do que apenas afirmar a sua dimensão ilusória, propõe manter a atenção para esse aspecto como foco de uma interrogação profunda. E essa tarefa deve partir não da busca de uma estrutura fundamental oculta, mas da compreensão das práticas políticas por meio das quais o Estado é forjado como tal. O Estado como prática, o “estado-sistema”, seria a forma por meio da qual o “estado-ideia” é construído⁷.

É nesse sentido que se procura chamar a atenção não só para as formas através das quais o Estado produz os sujeitos que governa (ou administra), mas também para o processo de constituição desses sujeitos como parte de um fluxo contínuo de produção do próprio Estado. A perspectiva adotada foi a de olhar para ações da administração, praticadas por governos específicos, mas sem perder de vista a dimensão do Estado como uma imaginação compartilhada, uma ideia e um ideal totalizante - e sempre inconcluso⁸.

De volta para a Cena 1, o evento no qual ela se passa foi convocado por um decreto presidencial de 28 de novembro de 2007. O decreto determinou que a realização da *Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais* em data ali estipulada, ficava sob os auspícios da então chamada Secretaria Especial de Direitos Humanos, a partir de uma comissão organizadora constituída através de uma *Portaria*, e que a reunião nacional teria a participação de “delegados representantes da ‘sociedade civil’”, eleitos em conferências estaduais e também “delegados do poder público, na proporção sessenta e quarenta por cento, respectivamente”⁹. Ainda de acordo com o Decreto, os trabalhos da conferência deveriam se dar em torno do tema: “*Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*”.

⁷ “In sum: the state is not the reality which stands behind the mask of political practice. It is itself the mask which prevents our seeing political practice as it is” (ABRAMS, 1988, p. 82).

⁸ Além da coletânea organizada por Souza Lima (2002), também foram fundamentais para o desenvolvimento dessa perspectiva os trabalhos de Vianna (2002) e Lugones (2009).

⁹ Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Decreto de 28 de novembro de 2007. Convoca a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais e dá outras providências. (não numerado). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Dnn/Dnn11426.htm, Acesso em: 05 set. 2018.

No início de 2008, fui convidada a participar de uma das primeiras reuniões preparatórias do processo de organização das conferências no Rio de Janeiro. Uma situação presenciada naquela reunião despertou meu interesse e provocou algumas das ideias iniciais que deram origem a essa pesquisa. Naquela ocasião foi apresentado o *Regimento* da Conferência, elaborado pela Comissão Organizadora Nacional, contendo algumas regras para as etapas estaduais e para a metodologia de participação. Chamo a atenção para dois pontos aqui:

artigo 8º - A realização da Conferência Estadual é fator indispensável para escolha dos delegados da Conferência Nacional GLBT;
artigo 28º “A delegação a ser eleita nas Conferências Estaduais para a Conferência Nacional deverá ser composta por, no mínimo, 50% de pessoas com identidade de gênero feminina (mulheres, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis) (BRASIL, 2008a).

Após a leitura do *Regimento*, notei um pequeno alvoroço entre algumas mulheres, integrantes de movimentos de lésbicas, perto de mim. Aproximei-me para perguntar o que estava acontecendo e escutei uma dizer para outra: “precisamos ficar atentas, senão elas vão pegar o nosso lugar”. E o “elas” aqui se referia principalmente a travestis e mulheres transexuais que poderiam ocupar as reservas de vaga para “identidade de gênero feminina”, diminuindo assim o espaço para mulheres lésbicas.

Ainda pouco experimentada nas dinâmicas do campo de pesquisa, o que mais me chamou a atenção na cena foi a explicitação da disputa entre as identidades agregadas sob a sigla LGBT e o quanto isso era um reflexo dos limites ou um efeito das políticas calcadas em identidades. Mais tarde durante a pesquisa, percebi que as disputas entre o ‘L’ e o ‘T’ da sigla eram frequentes, mas não só. Num outro plano, comecei a refletir sobre como um documento – no caso um *regimento* –, resultado de uma iniciativa cristalizada em outro documento – um *decreto* presidencial de abrangência nacional – reverberava no plano local. Um decreto estipulou uma situação nova, provocou a formação de uma comissão organizadora, que, por sua vez, estabeleceu mais uma série de critérios e condições, instando pessoas a se mobilizarem para realizar um evento com prazos, método e formatos específicos de participação pré-estabelecidos.

Ainda sobre critérios de participação, me impressionou a inclusão de cotas de gênero como condição necessária para a formação da delegação, com o estabelecimento de

quais sujeitos poderiam ser incluídos ou incluírem-se nas cotas de *identidade de gênero feminina* e o que isso queria dizer sobre as concepções a respeito de gênero e sexualidade que estavam sendo operadas ali. Então um homem gay não poderia se identificar com o gênero feminino? Por que não? Então o que exatamente definiria gênero nessa situação se não a autotransclassificação? Apenas aqueles que se identificam como travestis e transexuais poderiam dispor da dissociação entre identidade de gênero e sexo designado? Uma mulher que se identifique com o gênero masculino, seria compulsoriamente computada nas cotas de gênero feminino independente disso? (cabe citar que naquele momento ainda não havia homens transexuais nessa cena política). Intrigada com esse tipo de disputa e de diferenciações institucionalizadas em *decretos* e *regimentos*, entre outras questões, comecei em 2008 a observar e a participar das conferências.

No âmbito das políticas governamentais direcionadas para determinadas populações, cabe atentar para a imposição de "categorias de pensamento" e compreensão imiscuídas em rotinas administrativas de governo¹⁰. Em diálogo com Judith Butler (1997)¹¹, Blázquez explora o aspecto performativo dos processos de formação de Estado, como um "efeito performativo de um conjunto de práticas repetidas e repetíveis, citadas e citáveis, que através de sua interação criariam tanto as redes cooperativas que fariam o trabalho administrativo do Estado, como a ficção de sua existência" (BLÁZQUEZ, 2012, p. 740; tradução minha).

Seguindo essa proposta, podemos pensar a fabricação de identidades como um efeito de práticas discursivas, e faz parte das dinâmicas performativas dos processos de Estado

¹⁰ Bourdieu (1996, p. 91; 95) nos lembra que um dos principais poderes do Estado é a capacidade de produção das "categorias de pensamento que utilizamos espontaneamente a todas as coisas do mundo": "Tentar pensar o Estado é expor-se a assumir um pensamento de Estado, a aplicar ao Estado categorias de pensamento produzidas e garantidas pelo Estado [...]" "[P]orque as coisas da cultura, particularmente as divisões e hierarquias sociais a elas associadas, são constituídas como natureza pela ação do Estado que, instituindo-se ao mesmo tempo nas coisas e nos espíritos, confere todas as aparências do natural a um arbitrário cultural".

¹¹ A dimensão performativa citacional é acionada por Butler (1997), a partir de uma leitura de Austin (1962), na qual essa dimensão significa que a emissão do enunciado não é apenas dizer algo, mas a realização de uma ação. A repetição estilizada de discursos e enunciados performativos tem o efeito de produzir sentidos, ainda que contingenciais, práticas discursivas que produzem um efeito de verdade

justamente apagar os traços dessa fabricação. Esse aspecto também já foi abordado por Butler (2008) ao tecer provocações sobre o “sujeito do feminismo” e questionar se seria possível uma forma inteligível de sujeito que preceda as "práticas que estabelecem os termos de inteligibilidade pelos quais ele pode circular" (BUTLER, 2008, p. 207). A produção da representação de uma coletividade como sujeito político relaciona-se ao acionamento da polissemia de linguagens que compõem "o fazer e o desfazer dos direitos", para usar a expressão de Vianna (2013)¹². Atentar para tais aspectos nos permite acompanhar como determinados sujeitos são forjados no entrelaçamento a determinados direitos e vice-versa.

Compreendo as conferências como eventos-chave para a produção não só do que se convencionou chamar “população LGBT” para o governo brasileiro, mas também do campo mais amplo que envolve o que poderíamos chamar de "políticas LGBT" no Brasil. Esse conjunto de relações envolve organizações não-governamentais, movimentos sociais estruturados em diferentes formatos, o campo acadêmico que se dedica à reflexão sobre o tema e uma série de atores e objetos multifacetados. Encaro-os como espaços privilegiados para perceber como esse universo é produzido relacionalmente e como conflitos, embates e disputas operam para constituir e continuamente definir os limites e as fronteiras do próprio campo.

Outra determinação da Comissão Organizadora da *I Conferência Nacional* foi que a realização das etapas estaduais ficaria a cargo de comissões organizadoras a serem estabelecidas localmente¹³. No Rio de Janeiro, a conferência foi convocada por *decreto* do governador em 28 de fevereiro de 2008. Segundo o decreto, previamente ao encontro estadual, nove pré-conferências regionais, abrangendo todos os municípios do estado, deveriam ser realizadas com a “finalidade de discutir a interiorização e ampliação da participação do Movimento LGBT local e gestores públicos locais e eleição de delegados

¹² Com "o fazer e o desfazer" Vianna (2013, p. 15) procura chamar a atenção tanto para "a dimensão de ação social dos 'direitos' - seja como normativas legais, como tradições administrativas ou como forma de construção de posicionamentos de sujeitos morais e políticos – quanto a sua dimensão processual e dinâmica".

¹³ Deixando claro que a prerrogativa de convocar e promover as conferências nos estados seria dos Governos Estaduais, uma vez que o Governo Federal não pode desrespeitar a autonomia dos estados estabelecida pela Constituição Federal.

para a conferência estadual”. As pré-conferências previstas pelo decreto, segundo relatório, reuniram cerca de 1200 pessoas. Já para a conferência estadual o relatório aponta cerca de 600 participantes. Não me detenho aqui nos eventos estaduais, apresento apenas alguns dados mais gerais para dar uma ideia da série de conferências que ocorreram antes da nacional e do tipo de mobilização que provocaram.

Ao presenciar as primeiras conferências, de fato causava impressão a quantidade de pessoas que pareciam subitamente mobilizadas politicamente em torno da reivindicação de “direitos LGBT”. Segundo uma das pessoas envolvidas na organização dos eventos, a mobilização foi possível através de diversas articulações e parcerias feitas com prefeituras, secretarias, ONG e todo tipo de lideranças locais (não necessariamente diretamente envolvidas com grupos LGBT). E assim, um dos objetivos colocados pela organização, o de fortalecer “redes de articulação e mobilização do movimento social LGBT local”, parece ter sido logrado. Onde não havia qualquer tipo de movimento organizado, a partir daquele momento passava a existir.

Acredito que esta constatação pode ser expandida. Uma quantidade significativa de representantes do movimento social foi forjada e demandas correlatas também foram provocadas a partir do *decreto* da I Conferência Nacional, e conseqüente mobilização de pessoas para participar, a partir de critérios pré-definidos, das reuniões. Todos os 27 estados da federação realizaram conferências estaduais e enviaram “delegados” para a etapa nacional, que enfim ocorreu em junho de 2008.

A programação da I Conferência Nacional se estendeu por uma noite e três dias inteiros. A primeira noite foi tomada pela solenidade de abertura, uma “palestra magna” e a presença, não anunciada quando da divulgação da programação do evento, do Presidente Lula. Como fiquei sabendo depois, a presença do presidente era uma possibilidade, mas causava desconfiança para muitos ainda poucos minutos antes do início da cerimônia de abertura. Embora breve, a sua fala se estendeu para além do que exigiria o protocolo e causou surpresa até mesmo nos mais otimistas ali presentes. Apesar de certos deslizamentos durante o discurso terem causado incômodo inicial para alguns

ativistas (como o uso da palavra “homossexualismo” e do termo “opção sexual”¹⁴), sua presença marcou o ponto alto do evento. Conversando com vários dos participantes na época, ouvi que ter o presidente discursando na conferência significava o “reconhecimento pelo Estado” da legitimidade das demandas *LGBT*. Ao longo dos dias que sucederam a abertura, também foi fácil ouvir nos bastidores que só o fato da conferência estar acontecendo já era uma enorme vitória no mesmo sentido.

Em seu discurso, Lula garantiu que:

[...] o tratamento que vocês terão, com o documento que apresentarem, será igual ao tratamento que nós demos às 49 conferências que aconteceram antes da de vocês. Se não for assim, nós estaremos fazendo apenas uma meia democracia [...] (Brasil, 2008b).

Respondendo a uma brincadeira feita pelo então presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT¹⁵, Toni Reis, em fala que o antecedeu, o presidente se disse orgulhoso do fato de que “nunca antes na história do Planeta um presidente havia convocado uma conferência como aquela”, afirmou que “estaríamos vivendo no Brasil um momento de reparação” e encerrou a sua explanação ressaltando o marco daquele momento: “Então eu acho que esse dia é realmente histórico. Eu penso que vocês não têm ainda a dimensão do que este dia pode causar, como efeito multiplicador de quebra de preconceitos e de conquista de direitos” (Brasil, 2008b).

O discurso do presidente encerrou a solenidade de abertura após as exposições de algumas outras “autoridades”. A fala do então Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vanucchi, afirmou que a conferência fazia

¹⁴ “[...] ninguém pergunta a opção sexual de vocês na hora de pagar Imposto de Renda, ninguém pergunta quando vai pagar qualquer tributo nesse país. Por que discriminar na hora em que vocês, livremente, escolhem o que querem fazer com o seu corpo?” Brasil (2008). O termo “opção sexual” é profundamente rechaçado pelo movimento organizado pois denotaria uma questão de escolha pessoal consciente. Tal acepção daria abertura, por exemplo, para iniciativas como o Projeto de Lei 717/2003, de autoria de um deputado religioso, que previa a destinação de verbas públicas para “curar” homossexuais. Já “homossexualismo” é uma palavra rechaçada por ter um sufixo que traria referenciais relacionados à doença e não a dimensões mais amplas da sexualidade. Sendo assim, os termos tidos como corretos politicamente são orientação sexual e homossexualidade.

¹⁵ Associação criada em 1995 e que no momento da pesquisa agregava mais de 280 organizações filiadas em todo o Brasil e que segundo o seu site, seria a maior rede LGBT na América Latina.

parte da revisão do Plano Nacional de Direitos Humanos, que em 2008 passava por um “debate inédito”:

[...] no cômputo das muitas conferências já realizadas [...] o PNDH não deveria ser mais do que a junção da conferência da mulher, da conferência da igualdade racial, da conferência da saúde, das conferências de cada um dos segmentos [...]. Nesse encontro o Brasil cresce mais um pouco como exemplo de democracia [...] democracia que avança em direitos humanos pouco a pouco, mesmo sobre a base de quatro séculos de escravidão.

Traçando um paralelo com a declaração do racismo como incompatível com a democracia, o ministro afirmou que “o que queremos hoje é declarar a homofobia como incompatível com a democracia”. E encerrou a sua fala dizendo que através de estratégias de “enfrentamento” e “convencimento”, deveríamos ali nos perceber como parte da mesma luta em “defesa dos direitos da criança, da igualdade de gênero, da igualdade racial, é a mesma luta dos índios, das pessoas portadoras de deficiência”¹⁶.

O segundo dia foi ocupado por painéis temáticos. O painel de abertura “Introdução à Orientação Sexual e Identidade de Gênero” consistiu em uma exposição didática que pareceu uma tentativa de estabelecer ali um consenso sobre como definir conceitualmente os termos que davam título a apresentação. Em seguida o painel “Conjuntura Internacional – Contextualização e Perspectivas”, contou com a participação de representantes de outros países da América Latina e África, em exposições que fizeram referência a tratados e convenções internacionais de direitos, manifestaram ausências de marcos regulatórios de direitos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero e, por vezes, mencionaram o quanto o Brasil tinha “avançado” em relação a ações (ou não-ações) de governos de outros países¹⁷. A esses painéis seguiram-se outros que tinham como temas: o “Poder Legislativo”, o “Poder Judiciário e Ministério Público”, o “Poder Executivo” e o “Poder Público Federal”, especificamente. O terceiro dia do encontro foi aberto com a votação do regulamento

¹⁶ As falas reproduzidas foram registradas por mim em caderno de campo e também podem ser encontradas em Brasil (2008b).

¹⁷ Irineu (2017, p. 98) apresenta uma interessante leitura crítica a respeito dos “avanços” da política que com frequência localizam o Brasil como “um país precursor” no campo internacional relativos à promoção de direitos, numa espécie de política “pra inglês ver” nas palavras da autora, cotejada ao “impacto real das diferentes iniciativas estatais na vida cotidiana dos setores LGBT”.

da conferência, que se estendeu por uma longa votação na plenária repleta de destaques e disputas. Em seguida, tiveram início os grupos de trabalho que, divididos por temas, funcionaram como espaços de discussão, elaboração e aprovação de propostas. O quarto e último dia da reunião foi todo reservado para a plenária final, espaço de apresentação e discussão das propostas aprovadas nos grupos de trabalho e também de votação de moções. A plenária final só terminou na madrugada do dia seguinte, por volta das 02h30min e foi espaço de muitos embates e debates: disputas entre identidades ou "letrinhas" da coletividade LGBT, conflitos entre diferentes afiliações partidárias, disputas de autoridade entre expertises políticas, acadêmicas e aquela oriunda da experiência cotidiana de discriminações e sofrimentos associados a diferentes formas de violação de direitos, entre outros¹⁸. O tempo para discussão parece nunca ser suficiente, porque todos precisam falar e todos precisam ser ouvidos para que a plenária se constitua de fato como “um espaço democrático”¹⁹.

O que é importante destacar aqui é que a despeito de cobranças e denúncias de violação de direitos tenham sido recorrentes durante os trabalhos da reunião e, conseqüentemente, a chamada de responsabilização do Estado para com tal situação, o clima geral foi de celebração de “um marco histórico”. O “reconhecimento pelo Estado” foi a tônica predominante.

Como resultado consolidado da I Conferência foi lançado o *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT* em maio de 2009. E, como o nome indicava, a realização desse primeiro evento trazia o horizonte de sua continuidade através de outras edições. A expectativa era de que um processo contínuo de produção e avaliação de diretrizes para a implementação de políticas públicas se iniciava ali. Passados pouco mais de três anos, entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2011, aconteceu em Brasília a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos

¹⁸ Esses aspectos são explorados mais detalhadamente em Aguião (2016).

¹⁹ Ao se dedicar à análise de reuniões de formatos diversos entre trabalhadores rurais, Comerford (1999; 2002) destrincha alguns dos elementos precípuos que de modo geral as compõem: um objetivo, uma pauta, uma programação, uma coordenação, o uso da palavra falada e escrita e elementos de conclusão, como propostas e definição de ações. Um dos procedimentos esperados é que todos falem, ou seja que as reuniões sejam de fato um espaço de que todos participem. E ao falar é preciso demonstrar o domínio do bom uso da palavra, incluindo convencimento e persuasão de quem ouve.

de LGBT, com o tema: "Por um país livre da pobreza e discriminação: promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais".

Cena 2 - Noite de quinze de dezembro de dois mil e onze

É anunciada a formação da mesa de abertura da Conferência e seus componentes são chamados a subir ao palco montado no auditório lotado. Vemos e ouvimos o público de pé, com faixas e bandeiras em punho, muitas vaias e vociferando repetidamente: "ô Dilma, que papelão, não se governa com religião!"; "A Dilma pisou na bola, a homofobia continua na escola!". O Hino Nacional começa a ser cantado pela travesti Valéria Houston, cortando a gritaria da plenária. Alguns ainda resistem um pouco, mas acabam aderindo ao hino, de pé. Ao término do hino, a audiência prossegue repetindo: "ô MEC, sai do armário, o kit homofobia é prioritário!". A mesa dá continuidade aos trabalhos como se nada incomum estivesse acontecendo. O cerimonial cita as "autoridades" presentes e em seguida a travesti Keila Simpsom é chamada para recitar um poema. Faz-se silêncio novamente.

O clima da abertura de 2011 foi bastante diferente do que assistimos na primeira edição da conferência (Cena 1), na qual o Presidente Lula e demais representantes do governo foram efusivamente ovacionados. Na abertura da 2ª Conferência, com o auditório lotado, ouvimos vaias, gritos de protesto, cartazes e palavras de ordem que criticavam diretamente a presidente Dilma e a sua gestão, e denotavam uma atmosfera de insatisfação geral.

Os protestos direcionavam-se primordialmente ao veto do "kit anti-homofobia" nas escolas, decisão que teria sido tomada pela presidente sob pressão de lideranças religiosas, em maio daquele ano²⁰. Alguns cartazes faziam referências e cobravam a

²⁰ O conteúdo que ficou conhecido como "kit anti-homofobia" tratava de um material educativo parte do Programa Escola Sem Homofobia e que deveria ser distribuído na rede pública de ensino médio. Entretanto, em maio de 2011, a distribuição do material foi suspensa pela Presidente Dilma sob a alegação de que parte do material traria conteúdo não adequado para distribuição nas escolas e deveria ser reformulado. Já a contra-acusação do movimento social e as versões que circularam na imprensa, denunciavam que a decisão teria sido tomada pela Presidente sob pressão de lideranças religiosas. Dilma haveria negociado com a bancada parlamentar evangélica o veto ao "kit anti-homofobia" em troca da garantia de que o ex-ministro Palocci não fosse chamado a depor no Congresso para dar explicações sobre o crescimento de seu patrimônio durante o período de sua atuação no ministério. Ver: "Para salvar Palocci, Dilma cede e suspende kit anti-homofobia", publicado em 25 de maio de 2011, Estadão. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,para-salvar-palocci-dilma-cede-e-suspende-kit-anti-homofobia,724005,0.htm>. Acesso em: set. 2015). Para uma análise aprofundada a respeito das controvérsias que se desdobraram em torno do "Kit", ver Vital e Lopes (2013) e Leite (2014).

necessidade de criminalização da homofobia, numa alusão bastante clara ao Projeto de Lei que tramitava desde 2006 no Congresso Nacional. Três enviados do Governo Federal compuseram a mesa de abertura, representando a Presidente: a Ministra Maria do Rosário (Secretaria de Direitos Humanos - SDH), a Ministra Luiza Bairros (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR) e o Ministro Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência da República). Diante das vaias, a ministra da SDH procurou reverter a situação dizendo estar “orientada diretamente pela presidenta Dilma para estar aqui, trabalhando pela superação da homofobia”. Disse ainda considerar e respeitar as reclamações anunciadas e que ali estava para *“reacender a chama da confiança no governo da presidenta Dilma”*. Grande parte da insatisfação manifestada pelos presentes nessa solenidade de abertura devia-se justamente à ausência da Presidente, que refletiria diretamente o não comprometimento do seu governo com a “causa LGBT”. Outra grande reclamação se direcionava também à ausência do Ministro da Educação e do Ministro da Saúde, ambos presentes na conferência de 2008.

Durante a *2ª Conferência Nacional LGBT*, o ponto alto de comemoração se dirigiu à decisão do Supremo Tribunal Federal, que garantiu o direito de união estável aos casais de mesmo sexo, também em maio daquele ano. A figura do Ministro Ayres Britto, relator da ação no Supremo, e que em seguida faria a Palestra Magna de abertura intitulada “Reconhecimento de LGBT como sujeitos de direitos”, foi diversas vezes exaltada ao longo daqueles dias. No entanto, as falas na abertura de 2011 certamente não causaram o mesmo impacto de 2008, possivelmente também porque não estavam envolvidas na mesma aura de “marco histórico”. Além das ministras, compuseram a “solenidade de abertura” um deputado federal, Jean Wyllys (PSOL-RJ), e mais cinco representantes do movimento social. Entre esses últimos, algumas falas se referiram ao Presidente Lula, lamentando a sua ausência ou novamente exaltando a importância de sua presença na primeira edição do evento.

O segundo dia da Conferência foi dedicado à plenária inicial, de discussão e aprovação do “Regimento Interno” e aos painéis: “Poder Legislativo e Direitos da População LGBT”, “Políticas Públicas e Direitos da População LGBT” e “Políticas de Inclusão Social e Cidadania da População LGBT”. Os painéis foram montados de maneira que as

exposições ficaram a cargo de representantes do governo (de Secretarias e Ministérios) e o debate e a coordenação das mesas couberam a pessoas ligadas ao movimento social e à universidade. Após a noite de abertura e um dia inteiro de painéis expositivos, o terceiro dia da reunião foi dedicado aos grupos de trabalho, organizados em torno de nove eixos²¹.

A expectativa era a de que tais grupos de trabalho fossem o espaço de avaliação da execução e do aperfeiçoamento de propostas contidas no Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (lançado em 2009). Mas isso não foi feito. Os grupos de trabalho tiveram como tarefa formular cinco grandes diretrizes orientadoras. Essas diretrizes, discutidas e aprovadas em plenária no quarto dia do evento, teriam o propósito de servir como base para que o Conselho Nacional LGBT elaborasse um novo plano ou uma nova versão do Plano Nacional de Promoção de Direitos LGBT. Mas essa dinâmica não ficou bem esclarecida entre os participantes e o resultado disso foi que alguns grupos se dedicaram de fato a elaboração de grandes diretrizes, enquanto outros se concentraram em avaliar propostas passadas e/ou formular novas propostas.

É bastante significativo ter ressonado da 2ª Conferência - em marcante contraste com a repercussão da primeira - a insatisfação com as políticas em curso e a acusação feita por alguns de que a conferência servia apenas para legitimar “o que eles quiserem fazer”, como ouvi de alguns participantes. Esse “eles”, significando um sujeito oculto que pode ora apontar para o governo, ora para determinados setores partidários, ora para alguma liderança do movimento social, uma vez que a conferência não foi um espaço de discussão aprofundada de propostas, mas apenas de deliberação de grandes diretrizes orientadoras para o grupo de pessoas que em outro momento seria responsável pela elaboração de um plano de ações. Ao mesmo tempo, ficou clara a preocupação

²¹ 1. Poder Legislativo e direitos humanos da população LGBT; 2. Cultura, turismo, esporte e comunicação social; 3. Saúde; 4. Educação; 5. Combate à miséria, desenvolvimento social, trabalho, geração de renda e previdência social; 6. Sistema de justiça, segurança pública e combate à violência; 7. Enfrentamento ao machismo e ao racismo, promoção da igualdade racial e políticas de juventude; 8. Pacto federativo e articulação orçamentária; 9. Direitos humanos e participação social.

crescente de todos em elaborar diretrizes exequíveis dentro dos parâmetros colocados pelo governo.

As conferências produzem uma plataforma legitimada de reivindicações, mas a grande eficácia do processo ocorre na direção de agitar articulações e movimentações políticas, no sentido da construção de laços e rupturas, da consolidação de arranjos, da reorganização de conexões intramovimento e de negociações partidárias consideradas estratégicas. Operam para a ostentação de conquistas de determinados agrupamentos e, por vezes, para o oposto, o desmantelamento de redes e associações de aliança e pactuações com esferas governamentais. São também um grande espaço de aprendizado e a formulação de propostas e diretrizes certamente é apenas uma dimensão dessa cena. Esse tipo de evento trabalha essencialmente para a construção da trama de atores e relações que sustentam o próprio campo dos “direitos LGBT”.

As conferências, enquanto lócus de produção de representantes e representações construídas através da mobilização de diferentes capitais pessoais e coletivos (o corpo, a cor/raça, diferentes performances de gênero, contatos e relações pessoais, trajetórias profissionais, acadêmicas e militantes etc), são espaços fundamentais para a enunciação de identidades e demandas que serão em seguida decantadas no formato de documentos, como planos e programas. Temos então como produto das conferências ou articulações sedimentadas nas conferências: documentos de diferentes formatos e, sobretudo, comprometimentos diversos, formação e reatualização de laços, grupos, agrupamentos e lideranças²².

O evento público, promovido pelo Governo Federal, resulta em diversas eficácias, entre elas a produção do Estado que se compromete e que se faz mais Estado nesse jogo de

²² Essa interpretação sobre o papel das conferências se assemelha as considerações tecidas por John Comerford (1999, p. 47) a respeito de reuniões de organizações de trabalhadores rurais. O autor analisa que "para além de sua dimensão instrumental de simples meios de tomar decisões ou discutir assuntos do interesse dos membros das organizações, as reuniões podem ser vistas também como um elemento importante na construção desse processo social, na medida em que criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação das redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ações múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar."

reconhecimentos de novos problemas sociais a serem combatidos, como a homofobia. O que, por sua vez, produz o reconhecimento de mais uma população historicamente discriminada e negligenciada até então, pois “[...]um ato público constitui por si um ato de instituição e representa por isso uma forma de oficialização, de legitimação” (BOURDIEU, 1989, p. 165). O evento fabula a passagem do individual ao coletivo, “a transcendência do grupo em relação ao indivíduo singular”:

Portanto, essa espécie de *ato original de constituição*, no duplo sentido, filosófico e político, que a delegação representa é um ato de magia que permite fazer existir o que não passava de uma coleção de pessoas plurais, uma série de indivíduos justapostos, sob a forma de uma pessoa fictícia [...] (BOURDIEU, 2004, p. 194, grifo meu).

A observação detida nas dinâmicas que envolvem as Conferências, e todo o processo de delegação que as sustenta, nos permite capturar, assim, essa espécie de simulação de um “ato original de constituição” da *população LGBT* nos termos em que vem sendo *gestada e gerida* (SOUZA LIMA, 2002) pelo governo brasileiro na atualidade.

Na primeira conferência a sociedade (civil) deposita a sua crença no Estado e confiança no governo: “Nós colocamos nas suas mãos o nosso futuro para a questão da discriminação”, disse o presidente da ABGLT dirigindo-se ao presidente Lula. Esse primeiro episódio também celebra o reconhecimento e o comprometimento do Estado encarnado em eloquências tais como a resposta de Lula:

Eu posso dizer a vocês, no que depender do apoio do governo, no que depender do apoio do Poder Executivo e dos Ministros, nós iremos trabalhar para que o congresso Nacional aprove o que precisar aprovar nesse país. [...] obviamente que nós seremos honestos [...] aquilo que não puder ser feito, a gente vai dizer com o mesmo companheirismo, isso aqui não dá, isso aqui não passa [...] se não estabelecermos essa relação companheira entre nós, terminaremos a Conferência e voltaremos a ter as desconfianças que tínhamos antes de entrar aqui²³.

Na segunda conferência a sociedade (civil) insatisfeita ameaça com descrença e desconfiança, quando na solenidade de abertura os participantes se dirigem com vaias, gritos, cartazes e palavras de ordem que criticam a atuação do governo. E como resposta

²³Trecho do discurso do Presidente Lula por ocasião da solenidade de abertura da I Conferência Nacional LGBT – 2008.

recebe mais um voto de compromisso nas palavras de Maria do Rosário, então ministra dos Direitos Humanos:

[...] Considero essenciais as palavras que o nosso governo escudou na abertura dessa conferência. [...] A nossa missão é superarmos a homofobia. A nossa missão é construirmos um Brasil pelos direitos humanos. [...] É um compromisso de vida que está empenhado na ação do governo da presidenta Dilma, no seu programa e nas ações dos seus ministros, como o que desenvolvo para honrar a missão que me foi conferida por ela [...] Dirijo-me a vocês, portanto, com *compromissos de trabalho* de cada Ministério, de cada pasta, para afirmar que nós ouviremos, nessa conferência, muitas questões, mas que vocês não sairão desta conferência com os braços vazios. *Vocês sairão dessa conferência com firmes compromissos, assinados pelo nosso governo [...] olhar para vocês, reacender a chama da confiança de que o governo da presidenta Dilma defenderá intransigentemente os direitos humanos de cada brasileiro, de cada brasileira, e se posicionará claramente com ações concretas contra toda violência torpe, contra todo assassinato, contra toda discriminação.*²⁴

De uma conferência a outra, da expressão de fé incontestável, o governo passa a receber a ameaça da desconfiança. E apenas a ameaça, porque a desconfiança ou descrença total seria o equivalente a abandonar o jogo. Reconhecimento em troca de crença e confiança²⁵, eventos como as conferências atualizam a separação entre estado e sociedade, reatualizam a crença no Estado como ideal totalizante e reforçam o efeito de estado, ao mesmo tempo em que habilitam a possibilidade de a desconfiança ameaçar administrações e administradores (ou governos) em particular. É preciso haver concordância entre as partes envolvidas a respeito dos termos do jogo e é a possibilidade da desconfiança em um governo ou um governante em particular que, paradoxalmente, permite que a crença no Estado seja mantida e reforçada. Embora entre uma conferência e outra haja a ameaça de quebra de um pacto de confiança, ao fim e ao cabo percebe-se o reforço da crença nos modos de funcionamento das institucionalidades estatais²⁶.

²⁴Anais da II Conferência Nacional LGBT, pp. 21-24.

²⁵“O poder simbólico é um poder que aquele que está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que está sujeito crê que ele existe” (BOURDIEU, 1989, p. 188).

²⁶Nesse ponto, cabe chamar a atenção para a dimensão performática como referida nos desenvolvimentos de Peirano (2002) que, por sua vez, retoma o trabalho de Austin (1962, p. 10): “palavras são atos e podem ser referenciais – como nosso senso comum pressupõe – mas também fazer coisas por meio de seu próprio pronunciamento. Desse ângulo, Austin recorta atos performativos, que são aqueles nos quais a enunciação já constitui sua realização: ‘Eu prometo’ é um exemplo. Trata-se de expressão que não apenas exprime

Nesse contexto é relevante pontuar que em oito anos de gestão, o governo Lula promoveu 74 conferências versando sobre 40 temas diferentes. Na Conferência de 2011, um representante do Ministro Gilberto Carvalho, declarou que a "participação social" é o "método de gestão" priorizado pelo governo.

O governo entende, prezados amigos, a democracia como um processo político e social, em que a participação dos cidadãos é essencial para definir a prática democrática. [...]. O crescente número de pessoas e organizações envolvidas nos espaços de interação com o Estado confere ao Brasil maior possibilidade de encontrar soluções para os problemas que enfrentamos, co-responsabilizando todos os atores envolvidos.

Assim, não é por acaso que os discursos de representantes governamentais a todo momento ressaltam o envolvimento e a parceria com a sociedade civil como um signo de sucesso da gestão, corroborando um determinado modelo almejado de nação democrática²⁷.

Em diálogo com as noções desenvolvidas por Abrams (1988), Timothy Mitchell (2006) chama a atenção para o desenho da separação entre Estado e Sociedade como espaços distintos por definição, no qual o Estado moderno aparece como um aparelho destacado do resto do mundo social. A provocação do autor segue em questionar onde estariam as fronteiras entre Estado, Sociedade e Economia, e se estas não existiriam apenas enquanto um efeito de processos de representação, regulação, práticas e técnicas burocráticas que criam a aparência do Estado como uma entidade abstrata e apartada. O resultado desse processo seria o que Mitchell chama de "efeito de Estado"²⁸. Cabe então, por fim, assinalar que os episódios de abertura das conferências aqui acompanhados encenam ritualisticamente a separação entre Estado e Sociedade. Ao estabelecer limites entre o

algo no presente ou no futuro, mas é um compromisso, uma ação, com uma força intrínseca que o autor chama de 'ilocucionária'". Essa dimensão já havia sido também trabalhada por Butler (1997), como apontado na mais acima.

²⁷ É grande o volume de estudos que se dedica a refletir sobre os significados da "participação social" no Brasil, para algumas análises mais recentes: ver Teixeira (2005), Silva (2008), Lavallo (2011), Pires e Vaz (2012). Souto e Paz (2012), Abers *et al.* (2014), entre outros. Para um conjunto de reflexões que privilegia uma visão da "participação" a partir de etnografias de contextos diversos, ver Brites e Fonseca (2006). Para um levantamento sobre a percepção de diferentes movimentos sociais a respeito dos espaços de participação fomentados no Brasil nos últimos anos, ver Leite Lopes e Herédia (2014)

²⁸ "We should address the state as an effect of mundane processes of spatial organization, temporal arrangement, functional specification, supervision and surveillance, and representation that create the appearance of a world fundamentally divided into state and society or state and economy. The essence of modern politics is not policies formed on one side of this division being applied to or shaped by the other, but the producing and reproducing of these lines of difference" (MITCHELL, 2006, p. 185).

Estado e o que não é Estado, delineiam a substancialização de categorias que corroboram tais limites, como “movimento social” ou “sociedade civil”.

O recorte temporal ora enfocado tem como contexto mais geral um cenário de intensas transformações ao que tange o campo teórico e político relacionado a gênero e sexualidade. Quando observamos as conexões entre movimento LGBT e esferas governamentais no Brasil, a primeira década dos anos 2000 também situa o terreno em que se nota o progressivo deslocamento da ênfase nas questões de saúde para a expansão em outras direções ligadas à garantia de direitos humanos em sentido mais abrangente²⁹. No espaço desse artigo procurou-se indicar situações como as das conferências como um evento-ritual de produção de uma imagem de “Estado” que necessariamente também é produtora dos elementos e dos sujeitos que a compõem. O propósito foi enfatizar as diversas eficácias de determinados formatos e morfologias administrativas de governo à medida que percorremos alguns fios da trama que vem constituindo “sujeitos LGBT”, e moldando novos repertórios de sentido, enquanto parte do quadro mais amplo dos processos contemporâneos de formação de Estado no Brasil.

Referências

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, v.57, n.2, p.325-357, 2014.

ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State. **Journal of Historical Sociology**, v. 1. n. 1, p. 58-89, [1977; 1988].

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no Estado**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

²⁹ Cabe considerar que esses desenvolvimentos estão vinculados também à trajetória de emergência da concepção dos direitos sexuais como direitos humanos e que não caberiam no escopo deste artigo. Vianna e Lacerda (2004) apresentam um panorama dos direitos e das políticas relacionadas à sexualidade no Brasil e, entre outros aspectos, fornecem uma síntese que reflete parte da trajetória dos direitos humanos e dos direitos sexuais no plano internacional. Corrêa (2006) aponta os reveses e os contrassensos inscritos na discussão teórica e política a respeito dos direitos sexuais no debate internacional. Parte da discussão contemporânea que se dedica a analisar os impasses, os avanços e as contradições do que se convencionou chamar de “direitos sexuais” e seus desdobramentos, como os “direitos da diversidade sexual” ou os “direitos da pessoa LGBT” pode ser encontrada em Rios (2008, 2010) e Szasz e Salas (2008).

AGUIÃO, Silvia. Não somos um simples conjunto de letrinhas: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT”. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, n. 46, p. 279-310, 2016.

AGUIÃO, Silvia. Enquadramentos de gênero: desafios entre construções teórico-políticas e classificações administrativas de “políticas LGBT” no Brasil contemporâneo. *In*: SOARES, Joice; ZANETTI, Julia. TEIXEIRA, Kamila. (Org.). **Jovens pesquisadoras: direitos e políticas em debate**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017, p. 201-235.

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no Estado**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro : EdUERJ, [2018?]. No prelo.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BLÁZQUEZ, Gustavo. Celebraciones escolares y poéticas patrióticas: la dimensión performativa del Estado-Nación. **Revista de Antropologia**, USP, v. 55, n. 2. 2012, p. 703-746.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papiрус, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos/ Ministério da Saúde. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Regimento da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2008a.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Presidência da República. **Anais da Conferência Nacional GLBT**, 2008b. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2>>. Acesso em: 13 de set. 2015.

BRITES, Jurema; FONSECA, Claudia (Orgs.). **Etnografias da Participação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

BUTLER, Judith. **Excitable speech: a politics of the performative**. New York: Routledge, 1997.

CARDOSO, Ruth C. L. Movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de**

Ciências Sociais, n. 3, v. 1. 1987, p. 27-37.

CARRARA, Sergio; AGUIÃO, Silvia; LOPES, Paulo Victor Leite; TOTA, Martinho. **Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Cepesc, 2017.

COMERFORD, John. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

COMERFORD, John. Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas. *In*: PEIRANO, M. (Org.). **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 149-168.

CORRÊA, Sonia. Cruzando a linha vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais. **Horizontes Antropológicos**, ano 12, n. 26, jul.-dez. 2006.

DANILIAUSKAS, Marcelo. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação**: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia. 2011. Dissertação [Mestrado em Educação] – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2011. 161 p.

ELIAS, Norbert. Processos de formação do Estado e construção de nações. *In*: ELIAS, Norbert. **Escritos & Ensaio 1** – Estado, Processo, Opinião Pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**. Rio de Janeiro, n. 3, dezembro, 2009, p. 54-81.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

IRINEU, Bruna A. 10 anos do programa Brasil sem homofobia: notas críticas. **Temporalis**, [S.l.], v. 14, n. 28, p. 193-220, nov. 2014.

IRINEU, Bruna A. Exercendo a “crítica lesbofálica” às demandas por uma “cidadania LGBT” no contexto brasileiro (2003-2016). **Periódicus**. v. 1, n. 7, p. 78-101, 2017.

LAVALLE, Adrian G. Após a participação: nota introdutória. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 13-23, 2011.

LEITE, Vanessa J. **Impróprio para menores?** Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas. 2014. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, UERJ, 2014.

LEITE LOPES, José Sergio e HEREDIA, Beatriz (Orgs.) **Movimentos sociais e esfera pública**: o mundo da participação – burocracias, confrontos, aprendizados inesperados. Rio de Janeiro: CBAE, 2014, p. 211-235.

LUGONES, Maria Gabriela. **Obrando em autos, obrando em vidas**: formas e fórmulas de proteção judicial dos tribunais preventivos de menores de Córdoba, Argentina, no começo do século XXI. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, 2012.

MITCHELL, Timothy. *Society, Economy and the State Effect*. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (Orgs.). **The Anthropology of the State: a reader**. MA, USA: Blackwell Publishing, 2006, p. 169-186.

PEIRANO Mariza. Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica. In: PEIRANO, M. (Org.) **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 7-14.

PIRES, Roberto; VAZ, Alexander. **Participação social como método de governo?** um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

RIOS, Roger Raupp. Desenvolver os direitos sexuais – desafios e tendências na América Latina. In: CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (Orgs.). **Questões de sexualidade: ensaios transculturais**. Rio de Janeiro: ABIA, 2008, pp.101-109.

RIOS, Roger Raupp. Direitos humanos, direitos sexuais e homossexualidade. In: POCAHY, Fernando (Org.). **Políticas de enfrentamento ao heterossexismo: corpo e prazer**. Porto Alegre: Nuances, 2010, p, 35-46.

SZASZ, Yvonne e SALAS, Guadalupe. **Sexualidad, derechos humanos y ciudadanía: diálogos sobre un proyecto en construcción**. México: El Colegio de Mexico, 2008.

SIMÕES, Júlio A.; FACHINNI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de (Org.). **Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SOUZA LIMA, Antonio C.; CASTRO, João P.M. Políticas Públicas. In: SANSONE, Lívio; PINHO, Osmundo (Eds.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. Brasília: ABA; Salvador: EDUFBA, 2008.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Apresentação. Dossiê fazendo estado. **Revista de Antropologia**, USP, v. 55, n. 2, 2012.

TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEIXEIRA, Ana Claudia (Org.). **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Polis, 2005.

VIANNA, Adriana. Limites da Menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

VIANNA, Adriana. Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. In: VIANNA, Adriana (Org.). **O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades**. Rio de Janeiro: Epapers/Laced,

2013, p. 15-35.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política:** uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/Instituto de Estudos da Religião – Iser, 2013.

Recebido: 06.10.2018

Aprovado: 08.11.2018